

A FUNÇÃO DA ESCOLA NA FORMAÇÃO CRÍTICA DO TRABALHADOR

ELDON HENRIQUE MÜHL *

RESUMO

O artigo analisa e busca questionar o papel da escola no contexto atual, principalmente do ponto de vista da formação crítica do trabalhador. A relação escola e Estado, escola e sociedade, escola e trabalho são alguns dos temas trabalhados, sucintamente, no texto. A proposição é contribuir com a reflexão em torno do problema da formação técnico-científica e política do trabalhador.

FUNÇÃO DA ESCOLA NA FORMAÇÃO CRÍTICA DO TRABALHADOR

A escola tem sido acusada de ser ineficiente na formação técnica e cultural do trabalhador. As teorias que buscam explicar tal situação confluem para análises de fatores do interior da própria escola e de fatores decorrentes do sistema de ensino e da função que a escola exerce no contexto do sistema capitalista. Uma leitura mais apurada dessas análises leva a constatar que há, em todas elas, razões e circunstâncias que dão sustentação às análises feitas. Porém, todas elas, geralmente, acabam sendo parciais e unilaterais na compreensão do fenômeno educacional, no contexto da sociedade atual. Tanto as explicações que mostram que o problema está no interior da própria escola (incompetência dos professores, falta de recursos técnicos e pedagógicos, desestímulo dos alunos, ausência do plano pedagógico, desorganização e indisciplina de alunos e professores, defasagem cultural de alunos provenientes de grupos sociais menos privilegiados, má vontade do corpo docente; razões de ordem psicossocial, como as disfunções da personalidade de alguns indivíduos que

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Mestre em Filosofia e História da Educação, pela UNICAMP - São Paulo.

Texto publicado na Revista Educação para Vencer, SE-RS. p. 20-23, 1991.

os impedem de terem uma convivência social com outros indivíduos e grupos, etc.), quanto as que encontram no sistema de ensino e no sistema econômico-social vigente as razões da ineficiência da escola, confluem para uma mesma limitação: a falta de uma visão de totalidade do processo educacional vigente.

Por isso, cabe retomar a questão dentro de uma visão de totalidade, isto é, analisar o processo concreto e englobar os diversos fatores que intervêm na produção do modo de ser atual da escola.

Vamos iniciar a análise pelo interior da escola. Perguntamos: Os fatores da ineficiência da escola podem ser encontrados na própria escola? São os seus agentes os responsáveis pela ineficiência? Há "culpados" no contexto escolar que impõem, por decisão e vontade próprias, a má qualidade do trabalho docente? Mesmo que saibamos que existem, no contexto escolar, pessoas acomodadas e incompetentes, quem decide mantê-las em exercício? Quem, em sua consciência, pretende fazer da escola uma instituição ineficaz? As más instalações, a insuficiência de recursos pedagógicos e de laboratórios, as depredações e a falta de conservação de prédios e instalações e da população dos arredores da escola? A indisciplina, a desordem, a revolta ou a apatia dos alunos são resultantes de fatores internos da escola? Que fatores interferem sobre o modo de ser da escola atual, que podem ser definidos como de responsabilidade dos agentes e da população escolar? Tratando-se, mais especificamente da questão da formação técnica oferecida pela escola, que possibilidades tem a escola de realizar um trabalho efetivamente profissionalizante? Que necessidades e potencialidades de mercado existem na região e na localidade em que se situa a escola? A terminalidade ou PPT está direcionada para essas necessidades de mercado? O que a escola poderá fazer para identificar e incentivar alternativas de trabalho? Qual a formação para o trabalho oferecida pela escola? Qual a noção de trabalho vinculada na escola? Como a escola entende a relação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual? Que limitações, contradições e potencialidades a escola identifica nas relações de produção da atualidade? Que possibilidades tem o professor de oferecer um ensino de qualidade na área técnica? O que limita a ação da escola na formação de um trabalhador consciente, crítico e competente profissionalmente?

Podemos continuar levantando outras questões acerca das razões internas da escola, que determinam sua forma de ser. Esta, aliás, é uma tarefa que cabe ao corpo docente e a toda a comunidade escolar. O propósito do presente texto é justamente provocar tal questionamento.

À medida que fomos refletindo sobre os temas acima mencionados, certamen-

te vão emergir outras questões que nos levam a buscar, fora da escola ou no contexto escolar, as respostas. De imediato, surgem questões acerca dos determinantes externos à escola, vinculados ao sistema de ensino e à política dos órgãos diretamente responsáveis pela educação. Surge a questão do Estado.

Não será necessário fazermos muito esforço, para que constatemos a importância do Estado na definição da política educacional na atualidade. Com o surgimento do Estado moderno, este passou a responsabilizar-se pela política e pela organização dos sistema de ensino, centralizando a responsabilidade e o poder de decisão. Transformou-se no educador dos educadores, seja pela forma de contrato de trabalho; seja pelos regulamentos e normas; seja pelos currículos impostos; seja pelos programas, cursos e treinamentos de recursos humanos; seja pela indicação de materiais; seja pela responsabilidade que ele assume de formar o cidadão e o trabalhador. No entanto, da mesma forma que o Estado responsabiliza-se pela extensão do benefício educacional a todo o cidadão (responsabilidade que nem sempre cumpre), ele faz da escola um instrumento universal da circulação do seu ideário ideológico. Em outros termos, o Estado faz da escola um aparelho que leva a formar o cidadão de acordo com os interesses e prerrogativas do próprio Estado. Arriscamo-nos até mesmo a dizer que a escola é, em última instância, o que o Estado quer que ela seja.

O Estado não é uma instituição neutra. Ele é resultado da luta de interesse de classes e grupos sociais. Como instrumento de poder, geralmente o Estado acaba constituindo-se numa instituição que representa e protege os interesses e a ideologia das classes sociais privilegiadas. Propõe e impõe o modo de ser e de pensar dominantes na sociedade, utilizando-se do aliciamento e da caaptação de indivíduos que comungam o ideário das classes sociais privilegiadas. Dissimula, de outra parte, as necessidades e os interesses das classes sociais dominantes, propondo-se a proteger o bem comum e a defender os interesses universais da população.

A escola é, neste contexto, um instrumento da dissimulação e da imposição ideológica do Estado; é um aparelho do Estado e, como tal, ela reflete o modo de ser do Estado. O modo de ser e de fazer da escola é, até certo ponto, o modo de ser e de fazer do próprio Estado. A ineficiência da escola é resultante da ineficiência do Estado. A incapacidade da escola, representa, em parte, a incapacidade do Estado de oferecer algo mais qualificado para o cidadão.

A partir destas afirmações, podemos concluir que o problema da incapacidade da escola, de formar um trabalhador competente e consciente, é culpa do Estado? Que os problemas da escola são decorrentes, basicamente, da política educacional do

Estado? Que as mudanças e a melhoria do ensino dependem, fundamentalmente, da vontade política dos governantes?

Em parte, essas nossas conclusões são corretas. Porém, o Estado moderno não se configura como a instância em que predomina a vontade soberana do governante. O Estado é limitado no seu procedimento por normas, regras e leis que independem da vontade exclusiva do governante. São as leis e as determinações que emergem da estrutura econômica vigente e da própria ordem social e política instituída. Vivemos numa sociedade capitalista, na qual as leis de mercado e o império do lucro impõem-se como valores absolutos e soberanos; tudo deve convergir para a acumulação do capital; em função do lucro, definem-se prioridades científicas e tecnológicas. O controle e a eficiência constituem-se em patamares de avaliação dos resultados da ação dos indivíduos e das instituições. Critérios éticos, estéticos e culturais tornam-se secundários ou até dispensáveis frente aos critérios econômicos de eficiência e de produtividade. Neste contexto, a ciência, a tecnologia e a própria escola passam a ter valor em função da lucratividade que podem oferecer e do controle sócio-econômico que possibilitam. Em outros termos, os donos dos recursos econômicos têm pouco interesse em investir recursos financeiros e em universalizar os conhecimentos científicos e tecnológicos, sem que esses investimentos acenem para a acumulação de lucros. Prova está que, apesar de todos os avanços das ciências e da tecnologia, nos campos da agricultura e da medicina, povos continuam morrendo de fome e de doenças já combatidas há dezenas ou centenas de anos. Apesar dos avanços tecnológicos e científicos, a maior parte da população continua sofrendo as consequências do subdesenvolvimento. Concomitantemente à racionalização do sistema de produção, ocorre a desordem pública decorrente da marginalização econômica e social de grande massa da população do mundo. Advém, daí, um quadro de contradições: de um lado, o aumento das riquezas produzidas pelo homem; de outro, a miséria e a fome, resultantes da má distribuição de renda e da acumulação exagerada de renda de alguns grupos sociais privilegiados. Do ponto de vista político, apesar de se apregoar um Estado democrático e de lhe ser atribuída a função de zelar pela justiça social e pela preservação dos direitos de todos os cidadãos, indiscriminadamente, constata-se que esse se constitui, na maior parte das vezes, no guardião dos interesses políticos, sociais e jurídicos de grupos e indivíduos restritos. Estes últimos utilizam-se de todas as formas de pressão para manter, diante da autoridade, os benefícios que recebem da situação política vigente.

O que fazer diante deste quadro? O que pode o Estado fazer para a situação de mal-estar social de grande parte da população? Que papel cabe à escola neste

contexto? Que possibilidades têm a escola e o professor de contribuir para a busca de soluções para tão injusta situação? Que tipo de conhecimento deve a escola trabalhar e que práticas ela deve realizar para enfrentar as situações de falta de alimentação, de saúde, de trabalho, de produtividade, de bem-estar social e de felicidade? De modo especial, o que pode fazer o professor das áreas técnicas para contribuir na busca de alternativas para os males da sociedade atual? Que tipo de formação precisa receber o aluno de hoje para enfrentar as situações acima relatadas? Como proceder para aumentar a produção de bens necessários para a população e promover a redistribuição mais igualitária desses bens, evitando a acumulação exagerada por parte de alguns grupos dominantes? Que tipo de ciência e de técnica deve ser produzida para atender às necessidades básicas da população?

Encaminhamos, a seguir, algumas indicações que podem contribuir para a busca de alternativas às questões acima levantadas.

Inicialmente, voltamos a refletir sobre o espaço social da escola. A escola é um contexto de contradições, de confronto ou de confluência de interesses do Estado e dos grupos sociais que o constituem. Portanto, o modo de ser da escola é fruto do modo de ser dos grupos e dos agentes que nela se defrontam, estabelecendo um nível de convivência, de tolerância e de aceitação/submissão de acordo com as forças que cada parte tem no confronto. Em outros termos, o modo de ser da escola revela a capacidade e o poder de organização e articulação de cada componente integrante da realidade escolar.

Perguntamos: que interesses e necessidades estão presentes no confronto das forças que atuam hoje na escola? Existe, na escola, uma real preocupação com as necessidades sociais, culturais, econômicas, de sobrevivência e de respeito à dignidade dos professores, dos alunos, dos pais, dos representantes das entidades civis e do Estado? Há uma preocupação consistente voltada para a formação integral, consciente e crítica dos alunos? Que prioridades ocupam e preocupam os diversos segmentos da escola? O que se coloca em primeiro plano na escola? A quem ela serve primordialmente? A escola está exercendo uma função de reprodutora da situação atual ou está se propondo a contribuir com a transformação social, econômica, política e cultural?

A escola, como espaço de contradições, pode auxiliar na revisão da situação atual. Para tanto, é preciso que ela se preocupe com a formação da consciência dos trabalhadores, voltando-se para a organização destes como força política. Nas atuais relações sociais, políticas e econômicas, é indispensável o trabalhador ter consciência

da necessidade de se organizar como força hegemônica, capaz de interferir no poder que determina as relações de mercado e as relações sociais. O trabalhador precisa ser instrumentalizado, politicamente, para se tornar força hegemônica, capaz de interferir no poder. Isto lhe dará condições de lutar para ter acesso ao trabalho; para dignificar o trabalho manual; para redistribuir os benefícios provenientes do aumento da produção das riquezas; para conquistar direitos ao tempo livre, à aposentadoria, à assistência à saúde, ao acesso à educação e aos bens culturais produzidos pelo trabalho humano.

Ao lado disso, a escola pode contribuir com a qualificação técnica do trabalhador. Dificilmente a escola poderá profissionalizar o trabalhador. Com exceção de algumas escolas especializadas, a maior parte das escolas apresenta poucas condições para oferecer um ensino técnico de qualidade e uma adequada preparação para o trabalho. No entanto, isso não exige a escola de tratar da questão do trabalho. Discutir o trabalho, a partir das diferentes formas que este assume no interior da escola e da sociedade, certamente, será um caminho seguro, para que o educando tenha uma visão mais concreta do significado do trabalho na sociedade moderna. Cabe à escola refletir e analisar com os educandos as causas e conseqüências dos avanços científicos e tecnológicos, em confronto com a crescente desqualificação dos agentes de produção, decorrente da divisão social do trabalho. Bem mais do que o desenvolvimento de habilidades específicas, compete à escola oferecer ao aluno uma sólida formação científica e tecnológica. A compreensão do significado e das conseqüências culturais que decorrem dos avanços científicos e tecnológicos é a melhor contribuição da escola na formação do trabalhador. *"A sólida formação científica, a compreensão da cultura e do significado da tecnologia no mundo moderno são condições imprescindíveis para que o homem eleve seu nível de compreensão sobre a natureza e a sociedade e, particularmente, do trabalho como dimensão fundamental de sua existência."* (FRANCO, 1987, p. 85).

As preocupações da escola e da empresa geralmente não são coincidentes. Enquanto esta última distribui o conhecimento de forma desigual, dando acesso apenas ao trabalho prático, não permitindo ao trabalhador conhecer todo o processo de produção, a escola deve lutar para uma formação polivalente, que integre teoria e prática de forma globalizada, permitindo ao ser humano realizar-se como um ser criativo, crítico e participante ativo da construção de uma sociedade igualitária. As superações das contradições entre escola e empresa não dependem, fundamentalmente, da readaptação da escola às necessidades do mercado de trabalho, mas da luta que esta deve empreender para a superação das contradições decorrentes da desqualifi-

cação do produtor pela divisão do trabalho, que ocorre no interior do processo produtivo. Diferentemente da empresa, que coloca o lucro acima de qualquer outro objetivo, tem a escola a finalidade de promover a dignidade do ser humano e a formação de um cidadão ciente de seus direitos e deveres. Nesse sentido, a posição da escola opõe-se à da empresa. No entanto, também é seu papel mediar a relação entre os interesses das empresas e os direitos e deveres do cidadão. A formação de um trabalhador que tenha consciência dessas contradições e que seja capaz de mediar soluções para os impasses que surgirem do confronto de interesses entre capital e trabalho é a tarefa primordial da escola na sociedade moderna.

ABSTRACT

The article analyzes and tries to question "school" in the actual context, mainly according to the worker's critical formation. The relation school and State, school and society, school and work, are some of the themes studied, succinctly, in the text. The proposition aims to contribute to the reflection about the problem of worker's technical-scientific and political formation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAVERMANN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CEDES. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 4, set.1979.
- CEDES. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 5, jan.1980.
- CEDES. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 7, set.1980.
- FRANCO, Luiz A. de Carvalho. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. São Paulo: Cortez, 1987.